

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE
2019**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA

MORADA: Rua Aníbal Cunha, 95

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Cedofeita

CONCELHO: Porto

COD. POSTAL: 4050-048

(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO

DATA: Porto _____ , _____

Porto _____ , _____

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte : 500746583
Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 321 347,52	1 356 160,53
Investimentos financeiros	11.13	4 593,55	3 457,42
		1 325 941,07	1 359 617,95
Ativo corrente			
Inventários	6	2 400,02	1 895,17
Créditos a receber	11.1	8 044,16	8 327,68
Estado e outros entes públicos	11.7	1 569,86	3 678,25
Diferimentos	11.3	2 164,48	1 546,85
Outros ativos correntes	11.2	25 355,41	16 147,08
Caixa e depósitos bancários	11.4	39 555,77	33 249,73
		79 089,70	64 844,76
Total do ativo		1 405 030,77	1 424 462,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	11.5	-330 951,39	-209 615,35
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	95 645,73	104 032,35
		-235 305,66	-105 583,00
Resultado líquido do período		-25 934,61	-121 336,04
Total dos fundos patrimoniais		-261 240,27	-226 919,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	1 524 666,23	1 504 666,23
		1 524 666,23	1 504 666,23
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	19 140,07	16 590,66
Estado e outros entes públicos	11.7	16 925,86	19 520,36
Outros passivos correntes	11.8	105 538,88	110 604,50
		141 604,81	146 715,52
Total do passivo		1 666 271,04	1 651 381,75
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 405 030,77	1 424 462,71

A Direção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

500746583

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 019	2 018
Vendas e serviços prestados	7	402 668,87	378 575,74
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.9	570 931,45	484 246,08
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-93 413,32	-94 534,71
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-174 484,20	-129 200,60
Gastos com o pessoal	9	-697 649,15	-711 322,15
Outros rendimentos	7, 11.11	9 085,56	6 802,20
Outros gastos	11.12	-4 490,77	-11 457,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 648,44	-76 891,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-38 583,05	-44 444,93
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25 934,61	-121 336,04
Resultados antes de impostos		-25 934,61	-121 336,04
Resultado líquido do período		-25 934,61	-121 336,04

A Direção

Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		402 475,14	381 234,58
Pagamentos a fornecedores		-262 411,58	-224 903,78
Pagamentos ao pessoal		-457 812,86	-447 698,84
Caixa gerada pelas operações		-317 749,30	-291 368,04
Outros recebimentos/pagamentos		298 363,08	229 112,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-19 386,22	-62 255,57
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-4 109,46	-29 542,67
Investimentos financeiros		-1 144,14	-1 293,96
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		0,00	29 463,17
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-5 253,60	-1 373,46
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	40 000,00
Doações		10 945,86	0,00
Outras operações de financiamentos		30 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		-10 000,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		30 945,86	40 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6 306,04	-23 629,03
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 249,73	56 878,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	39 555,77	33 249,73

A Direção

O Contabilista Certificado

Entidade: Centro Social Paroquial de CEDOFEITA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500746583

Moeda: Euros

							PERÍODOS	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-escolar	Estrutura Residencial	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	2019	2018
Vendas e serviços prestados		35 974,68	41 884,81	269 532,92	25 802,33	29 474,13	402 668,87	378 575,74
Custo das vendas e dos serviços prestados		-177 571,89	-187 652,27	-222 152,68	-83 511,31	-120 174,32	-791 062,47	-805 856,86
Resultado Bruto		-141 597,21	-145 767,46	47 380,24	-57 708,98	-90 700,19	-388 393,60	-427 281,12
Outros Rendimentos		159 419,15	161 017,34	100 757,96	50 199,65	108 622,91	580 017,01	491 048,28
Gastos administrativos		-27 260,15	-26 357,88	-110 327,23	-34 682,54	-14 439,45	-213 067,25	-173 645,53
Outros Gastos		-960,84	-1 586,34	-1 069,80	-527,31	-346,48	-4 490,77	-11 457,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10 399,05	-12 694,34	36 741,17	-42 719,18	3 136,79	-25 934,61	-121 336,04
Resultado antes de impostos		-10 399,05	-12 694,34	36 741,17	-42 719,18	3 136,79	-25 934,61	-121 336,04
Resultado líquido do período		-10 399,05	-12 694,34	36 741,17	-42 719,18	3 136,79	-25 934,61	-121 336,04

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CEDOFEITA

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Custos de Empréstimos Obtidos	10
6	Inventários	10
7	Rendimentos	11
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	11
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Créditos a receber	12
11.2	Outros ativos correntes	13
11.3	Diferimentos	13
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.5	Fundos Patrimoniais	14
11.6	Fornecedores	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.8	Outros Passivos Correntes	15
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.10	Fornecimentos e serviços externos	15
11.11	Outros rendimentos	15
11.12	Outros gastos	16
11.13	Investimentos Financeiros	16
11.14	Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.15	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº50 de 1 de março de 1991.

Tem sede na Paróquia de Cedofeita, cidade do Porto.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, num espírito de solidariedade humana, cristã e social, propondo-se criar e manter, entre outras, atividades de: assistência à 1ª e 2ª infâncias, apoio a jovens, assistência à população que dela necessitar, apoio à terceira idade e à população ativa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamento Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Abate	31-12-2019
Edifícios e Outras Construções	1 659 681,69			1 659 681,69
Equipamento Básico	152 284,84	3 770,04		156 054,88
Equipamento Transporte	29 463,17			29 463,17
Equipamento Administrativo	15 108,27			15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 285,07			4 285,07
Ativo Tangível Bruto	1 860 823,04	3 770,04	0,00	1 864 593,08
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	332 186,72	31 697,24		363 883,96
Equipamento Básico	150 263,20	866,11		151 129,31
Equipamento Transporte	2 946,32	5 892,63		8 838,95
Equipamento Administrativo	14 981,20	127,07		15 108,27
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 285,07			4 285,07
Depreciações Acumuladas	504 662,51	38 583,05	0,00	543 245,56
Ativo Tangível Líquido	1 356 160,53	-34 813,01	0,00	1 321 347,52

5 Custos de Empréstimos Obtidos

O Centro Social e Paroquial de Cedofeita obteve da Paróquia de Cedofeita financiamento para fazer face aos investimentos efetuados no Lar de S. Martinho.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Financiadores						
Paróquia de Cedofeita	0,00	1 524 666,23	1 524 666,23	0,00	1 504 666,23	1 504 666,23
Total	0,00	1 524 666,23	1 524 666,23	0,00	1 504 666,23	1 504 666,23

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 400,02	1 895,17
Total	2 400,02	1 895,17

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2019	2018
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1 895,17	2 393,33
Compras	77 959,42	76 761,47
Doações	15 958,75	17 275,08
Saldo Final	2 400,02	1 895,17
Gastos do Período	93 413,32	94 534,71

7 Rendimentos

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Prestação de Serviços	402 668,87	378 575,74
Quotas do Utilizadores	402 668,87	378 575,74
Outros Rendimentos e Ganhos	9 805,56	6 802,20
Rendimentos suplementares	698,94	954,71
Imputação Subsídios Investimento	8 386,62	5 440,31
Indemnizações seguro	0,00	172,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	203,33
Outros	0,00	31,85
Total	412 474,43	385 377,94

8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2019		2018	
		Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados	Fundos Patrimoniais	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável		503 473,34		460 194,58
ISS - Obras Edifício Sede	Não Reembolsável	75 021,51	2 493,99	77 515,50	2 493,99
Fundo de Socorro Social - Apoio Financeiro	Não Reembolsável		40 000,00		0,00
Total		75 021,51	543 473,34	77 515,50	460 194,58

9 Benefícios dos empregados

O órgão diretivo é composto por 5 elementos. A instituição contou, em média, com 49 colaboradores no exercício de 2019 e com 51 colaboradores durante o exercício de 2018.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	563 560,45	578 362,05
Indemnizações	0,00	1 931,57
Encargos sobre as Remunerações	125 146,70	123 634,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 807,75	5 550,80
Outros Gastos com o Pessoal	2 134,25	1 843,63
Total	697 649,15	711 322,15

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	8 044,16	8 327,68
Total	8 044,16	8 327,68

11.2 Outros ativos correntes

Esta rubrica tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimos rendimentos		
Outros acréscimos de rendimentos	65,05	34,08
Entidades do SPA		
PEDEPE – Comp. Educadoras	25 290,36	16 113,00
Total	25 355,41	16 147,08

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2 164,48	1 529,56
Manutenção	0,00	17,29
Total	2 164,48	1 546,85

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	9 642,64	7 042,23
Depósitos à Ordem	29 913,13	26 207,50
Total	39 555,77	33 249,73

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2019:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	- 209 615,35	0,00	121 336,04	-330 951,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	104 032,35	0,00	8 386,62	95 645,73
Total	-105 583,00	0,00	129 722,66	-235 305,66

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c		
Fornecedores	19 140,07	16 590,66
Total	19 140,07	16 590,66

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
IVA	1 569,86	3 678,25
Total	1 569,86	3 678,25
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	3 461,25	4 655,32
Segurança Social	13 368,43	14 760,15
Outros (FCT e FGCT)	96,18	104,89
Total	16 925,86	19 520,36

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
	Corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes	184,21	458,65
Credores por Acréscimo de Gastos	105 020,17	109 744,45
Remunerações a Liquidar	98 911,01	102 791,34
Acertos Dotação Ac. Cooperação	1 878,86	4 730,64
Outros Acréscimos de gastos	4 230,30	2 222,47
Pessoal	0,00	0,00
Outros Credores	334,50	401,40
Total	105 538,88	110 604,50

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	543 473,34	460 194,58
Doações e heranças	27 458,11	24 051,50
Total	570 931,45	484 246,08

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Os géneros alimentares, doados pelo Banco Alimentar (15.958,75€), foram considerados na conta 753 – Doações e Heranças.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados	37 941,36	30 863,38
Materiais	6 417,03	6 131,19
Energia e fluídos	56 894,66	50 342,24
Deslocações, estadas e transportes	4 467,65	1 728,40
Serviços diversos	36 203,48	30 717,44
Encargos com Utentes	32 560,02	9 417,95
Total	174 484,20	129 200,60

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos suplementares	698,94	954,71
Descontos p.p. obtidos	0,00	31,85
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	203,33
Imputação de subsídios ao investimento	8 386,62	5 440,31
Outros (indemnizações seguros e outros)	0,00	172,00
Total	9 085,56	6 802,20

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	0,00	353,44
Correções relativas a períodos anteriores	2 926,27	10 657,63
Quotizações	522,00	432,00
Outros	1 042,50	14,60
Total	4 490,77	11 457,67

Em 2019, rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” inclui o montante de 2530,02€ relativo ao lançamento de documentos relativos a períodos anteriores (do fornecedor Gás Fenosa).

11.13 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Outros investimentos Financeiros		
FCT	4 593,55	3 457,42
Total	4 593,55	3 457,42

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

11.14 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2019, foi o seguinte:

Creche : 41

Pré-escolar : 59

Estrutura Residencial : 27

Centro de Dia : 28

Serviço de Apoio Domiciliário : 43

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de março de 2020

O Contabilista Certificado

A Direção
